

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: IMPACTOS E PERSPECTIVAS DAS DECLARAÇÕES DE SALAMANCA E MONTREAL ANTE AO DINAMISMO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO.

Heitor Pereira de Carvalho¹
Antonia Geiciane Vieira Lima de Carvalho²
Rosangela Garcia Pessoa³
Maria de Fátima Alves da Silva Antão⁴
Cléia Demétrio Pereira⁵
Amauri Bogo⁶

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar os impactos e perspectivas das propostas sobre políticas públicas de inclusão direcionadas pela correlação de dois documentos internacionais: a Declaração de Salamanca (1994), que trata dos princípios, políticas e práticas na área da educativa especial e a Declaração de Montreal (2001), que aborda a inclusão social de pessoas com deficiência. Ambos os documentos, embora abordem diferentes esferas acerca da inclusão, compartilham o objetivo comum de promover sociedades mais igualitárias e acessíveis para todas as pessoas. Especificamente, o diálogo entre as declarações busca identificar pontos de convergência e divergência, destacando como as políticas públicas podem ser moldadas para efetivamente promover a inclusão em diversos contextos sociais, com ênfase ao educacional. O caminho metodológico desse estudo ocorreu por meio da pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa documental, cujo material foram submetidos a análise documental. Destaca-se a relevância contínua da Declaração de Salamanca (1994) e da Declaração de Montreal (2001) nas discussões contemporâneas sobre inclusão no campo da educação escolar, considerando as mudanças sociais, tecnológicas e políticas nos contextos das relações humanas. As declarações destacam, portanto, a importância de políticas que transcendam o aspecto acadêmico, abrangendo também aspectos sociais, emocionais e culturais. Além disso, são discutidas questões inerentes a relevância de políticas públicas implementadas para uma formação inclusiva compatíveis com as demandas deste século. Por fim, conclui-se ressaltando a necessidade contínua do aprimoramento dessas políticas, a fim de enfrentar os desafios em constante evolução do cenário educacional nacional e global, conseqüentemente, na tomada de decisões dos governos que buscam resolver problemas e atender demandas sociais que resultem na qualidade de vida de todas as pessoas.

Palavras-chave: Políticas públicas de inclusão, Pessoas com deficiência, Educação inclusiva.

¹ Mestrando do Curso de Educação Inclusiva em Rede Nacional – Profei, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, profheitor.carvalho@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Letras Português da Universidade Federal do Ceará- UFC, geiciannevieira@gmail.com;

³ Mestranda do Curso de Educação Inclusiva em Rede Nacional – Profei, da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, rosangelapg2018@gmail.com;

⁴ Mestranda do Curso de Educação Inclusiva em Rede Nacional – Profei, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, alvesfatimaamor13@gmail.com;

⁵ Professora Coordenadora Doutora em Ciências da Educação da Universidade do Minho, Portugal - UMinho, cleia.pereira@udesc.br;

⁶ Professor Orientador Doutor em Fitopatologia pelo Curso Imperial College of Science Technology and Medicine de Londres/Inglaterra, amauri.bogo@udesc.br.